

GLADSON DA ROCHA PIMENTEL: O PROBLEMA, A UTOPIA E A PRÁTICA ARQUITETÔNICA

GLADSON DA ROCHA PIMENTEL: THE PROBLEM, UTOPIA AND ARCHITECTURAL PRACTICE

FRANÇA, Franciney Carreiro de (1)

ARAÚJO, Júlia Pereira (2)

VIEIRA, Thaís Rosa (3)

SOUSA, Regina Rocha de (4)

(1) UNICEPLAC, Doutora em arquitetura e urbanismo

e-mail: franciney.franca@uniceplac.edu.br

(2) UNICEPLAC, Graduada em arquitetura e urbanismo

e-mail:julinhalovegame@gmail.com

(3) UNICEPAC, Graduada em arquitetura e urbanismo

e-mail: thata.vieira85@gmail.com

(4) UNICEPLAC, Graduada em arquitetura e urbanismo

e-mail:reginarochagn@gmail.com

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada no âmbito do Projeto de Iniciação Científica “Gladson da Rocha e habitação social: contribuição à reflexão sobre a produção habitacional no Distrito Federal”, coordenado pela professora Franciney Carreiro de França, com a participação de estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (Uniceplac). O projeto teve como objetivo realizar um resgate histórico da atuação e contribuição do arquiteto Gladson da Rocha para a temática da habitação social no Distrito Federal, a fim de oferecer reflexão crítica sobre o tema e estimular a pesquisa acadêmica. A pesquisa, realizada em 2021, teve como metodologia a revisão bibliográfica, tanto do tema habitação social, quanto da vida e obra do arquiteto e pesquisa em fontes primárias no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). O resgate histórico da atuação do arquiteto e de soluções apresentadas para projetos de moradia popular é uma contribuição para a história da habitação social no Brasil, no contexto da construção de Brasília. Este estudo apresenta propostas para áreas além do Plano Piloto, ampliando o conhecimento da produção arquitetônica das décadas de 1950 a 1970. Os resultados da pesquisa demonstram que algumas soluções, feitas à época, anteciparam os debates contemporâneos no contexto do ensino e prática em arquitetura.

Palavras-chave: Gladson da Rocha; habitação social; Distrito Federal.

ABSTRACT

This article presents the results of the research as part of the training project of scientific initiation "Gladson da Rocha and social housing: contributions for studies of housing construction in the Federal District", coordinated by Professor Franciney Carreiro de França, involving students of the Architecture and Urbanism of the Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (Uniceplac). The research project aimed to rescue the history and contributions of the architect Gladson da Rocha to the issue of social housing in the Federal District. It aimed to offer a critical reflection on the subject and stimulate academic research to undergraduate students. The research's methodology carried out in 2021, started with a bibliographic review of social housing and of the life and work of the architect, complemented with interviews and research in primary sources (documents, designs, projects) in the Public Archive of the Federal District (ArqDF). The study showed that the architect's work, and some of his solutions for popular housing projects, is a contribution to the history of social housing in Brazil, in the context of the construction of Brasília. This study, showing proposals for areas beyond the Pilot Plan, amplifies the knowledge of the architectural production of the decades from 1950 to 1970. The project's results demonstrate that some solutions proposed anticipated contemporary debates in the context of teaching and practice in architecture.

Keywords: Gladson da Rocha; social housing; Federal District.

1 INTRODUÇÃO

Ao pesquisar sobre o arquiteto Gladson da Rocha Pimentel facilmente são identificados os projetos da Pirâmide da CEB, a Casa Redonda e a sede da Comunidade Europeia, todos no Plano Piloto de Brasília. Estes importantes projetos, entretanto, representam apenas uma pequena parte da sua produção arquitetônica. As pesquisas realizadas no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) constataram que a quantidade de projetos de sua autoria é muito maior e abrangente, não só em tipologias, quanto na distribuição geográfica.

Criado entre 2013 e 2015¹, o Fundo Gladson da Rocha Pimentel é parte do acervo do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), a partir da doação de documentos pelo filho, e também arquiteto, Marcelo Montiel da Rocha. O acervo, sob o Processo n.º 151-000059/2015, de 22 de maio de 2015, é constituído por projetos, revistas de arquitetura, fotos, cartas e publicações referentes à vida e obra do arquiteto. Com projetos elaborados para o Plano Piloto, para outras localidades no Distrito Federal e entorno, e também para América Latina.

Para o Plano Piloto foram encontrados projetos de embaixadas, várias residências particulares, projetos para sede do Banco do Brasil, Superquadra 211 Norte, edifícios para o

¹ Em 30 de abril de 2015, servidores da Coordenação de Arquivo Permanente visitaram a residência e confirmaram a relevância da documentação e no dia 22 de maio de 2015 foi recolhida a documentação que, juntamente com a que fora doada no ano de 2013, faz parte do Fundo Gladson da Rocha Pimentel. A listagem preliminar da documentação recolhida se encontra no Processo n.º 151-000059/2015 de 22 de maio de 2015 (ArPDF, 2017).

Setor Comercial Sul, entre outros. Para Sobradinho, Planaltina e Gama foram encontrados projetos de habitação de interesse social como o projeto da Casa Progressiva, Projeto de Habitações Operárias, além dos projetos para a Cooperativa Habitacional Sargento Wolf e Casa Mínima, entre os anos de 1950 e 1980.

O arquiteto Gladson da Rocha, em seu livro *minha opção por Brasília*, definiu o déficit e a produção de habitação popular como sendo um dos “mais graves problemas deste nosso sofrido país” (PIMENTEL, 1997, p. 35). Esta frase motivou esta pesquisa, cujo objetivo foi estudar a atuação do arquiteto Gladson da Rocha na produção de habitação social no Distrito Federal. A pesquisa teve como metodologia a revisão bibliográfica, tanto do tema habitação social, quanto da vida e obra do arquiteto Gladson da Rocha, entrevista com o filho do arquiteto, o também arquiteto Marcelo Montiel da Rocha, além da análise de fontes primárias do Fundo Gladson da Rocha Pimentel, consultadas no acervo do Arquivo Público do Distrito Federal – ArPDF.

Este artigo mostra alguns resultados da pesquisa e está estruturado em quatro partes, além da introdução e as referências: i) contextualização histórica sobre o tema habitação social no Brasil; ii) a vida e obra do arquiteto Gladson da Rocha Pimentel; iii) apresentação de alguns resultados, como os projetos de habitação popular elaborados para Sobradinho, Brazlândia e Gama; iv) considerações finais.

2 HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

A discussão sobre habitação social está presente na história do país e pode ser entendida no contexto do aumento populacional nas grandes cidades no séc. XIX, passando pela atuação do Estado, no início do séc. XX, no período Vargas. O problema habitacional ganhou importância no projeto nacional-desenvolvimentista que caracterizou o período, criando um importante espaço para atuação e implementação da arquitetura moderna brasileira. A segunda metade do século XX é caracterizada pelos programas habitacionais, como o BNH, e os movimentos de luta pela moradia. A criação do Ministério das Cidades e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) dão o contorno do tema no Brasil contemporâneo.

Segundo Bonduki (2010), o aumento exponencial no número de habitações precárias na cidade de São Paulo, em fins do séc. XIX, e a expansão da atividade cafeeira estimularam o crescimento urbano. Como consequência do aumento populacional, em pouco tempo surgiram surtos epidêmicos devido às condições insalubres de moradia, como também problemas de transporte, fornecimento de água e esgotamento sanitário. O Estado, até então

inerte às questões habitacionais, passa então a dar atenção aos problemas relativos às condições de moradia.

A questão da habitação popular também dá início à segregação espacial, pois áreas nobres recebiam mais atenção e investimentos do Estado e o conseqüente surgimento de cortiços, estalagens e hotel-estalagens. A grande procura por moradias impulsionou a especulação imobiliária, as construções não observam com rigor os parâmetros determinados pelo Estado, o que por sua vez contribuiu para a proliferação de doenças. Neste contexto, surgem as vilas operárias, que tinham o intuito de proporcionar habitação com dignidade para a classe trabalhadora das fábricas/indústrias, viabilizando os empreendimentos imobiliários à custa da liberação de incentivos fiscais ao setor privado (BONDUKI, 2010; LUCCHESI, 2018).

Na década de 1930, no Governo Vargas a discussão sobre a habitação dos trabalhadores ganhou outro patamar, ela passou a ser vista como uma questão atrelada ao desenvolvimento do país e fundamental na formação ideológica do trabalhador. Nesse período, foram desenvolvidos estudos e intensos debates sobre o tema, tanto por entes públicos e privados, como pela imprensa. Esta ampla produção intelectual, ideológica e jornalística revela a visão não só do poder público, mas de diversos setores da sociedade (BONDUKI, 2010; SANTOS; DUARTE, 2010).

Diversos setores apoiavam a intervenção estatal na produção de moradia popular, nesse contexto foram criadas as Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, popularmente conhecidas como IAPs e a Fundação da Casa Popular (FCP). Também foram utilizadas medidas legais como o congelamento de preços de aluguéis e a Lei do Inquilinato. A Fundação Casa Popular (FCP), criada na década de 1940, foi o primeiro órgão federal voltado para políticas públicas de habitação popular (AZEVEDO; ANDRADE, 2011). Porém, teve atuação menor que os IAPs, em 18 anos de funcionamento produziu apenas 18 mil habitações e acabou fracassando por desorganização dos grupos sociais interessados e empenho de seus opositores. De acordo com Bonduki,

O projeto da Fundação da Casa Popular fracassou porque os grupos sociais que mais seriam beneficiados estavam desorganizados ou desinteressados em ser interlocutores do governo na formulação de uma política social, ao passo que os setores que se opunham ao projeto, por interesses corporativos, econômicos ou políticos, agiram com eficiência para desmantelá-lo (BONDUKI, 2010, p. 115).

De outra parte, os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) tiveram planos de financiamento e aluguel, porém se mostraram medidas populistas a curto prazo. Era preciso fontes consistentes de recursos para a manutenção da política pública social. Outro ponto foi o acesso privilegiado de algumas categorias a este modelo de financiamento habitacional.

Mas, há que ressaltar a contribuição técnica e artística dos conjuntos habitacionais para a arquitetura e urbanismo moderno brasileiro (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Os arquitetos modernistas brasileiros foram influenciados diretamente pelo pós-guerra, pois as cidades europeias precisaram ser reconstruídas de maneira rápida e massiva. No Brasil, havia um caráter desenvolvimentista e a necessidade de redução de custo. Uma característica modernista foi a opção por conjuntos habitacionais multifamiliares, com espaços de uso coletivo, em contraposição a casa própria. Sobre isso, Bonduki escreveu:

Embora resultante de uma perspectiva atuarial, a adoção pelos IAPs da locação como principal forma de acesso às moradias nos conjuntos habitacionais (Plano A) representou uma vitória dos que se opunham à casa própria e influenciou positivamente os projetos dos conjuntos e a qualidade da sua execução. A opção por blocos de edifícios coletivos, com equipamentos sociais e comunitários, e uma consequência dessa visão, em contraste à concepção da casa própria isolada, com quintal, horta e criação de animais (BONDUKI, 2010, p. 140).

Embora os Institutos de Aposentadorias e Pensão tenham sido uma experiência importante por difundir a arquitetura moderna na produção de conjuntos habitacionais, com arquitetos que buscaram senso estético e economia de recursos para viabilizar as edificações uma das críticas é que, com o passar do tempo, as edificações focaram apenas na redução de custos, o que acarretou o empobrecimento dos projetos de habitação social. Para Bonduki,

Com isso introduziu-se, no repertório da habitação social brasileira, um suposto racionalismo formal desprovido de conteúdo, consubstanciado em projetos de péssima qualidade, monótonos, repetitivos, desvinculados do contexto urbano e do meio físico e, principalmente, desarticulados de um projeto social (BONDUKI, 2010, p. 135).

Em 1964 foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), o primeiro órgão federal criado para atuar na questão habitacional. O foco principal do BNH era fomentar a economia por meio da construção civil. A conquista da casa própria como ascensão social e a possibilidade da propriedade de um imóvel facilitou a liberação de crédito e o BNH foi acolhido pela classe trabalhadora (BOLAFFI, 1983). A pós a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1986², o país ficou carente de um programa habitacional dessa dimensão.

Somente no início dos anos 1990 houve uma grande mobilização de movimentos sociais, liderada pela União Nacional dos Movimentos por Moradia (UNM), que formulou um projeto de lei de iniciativa popular para a criação de um Fundo Nacional de Moradia Popular, destinado apoiar a produção nacional. Com mais de um milhão de assinaturas, o projeto foi

² O BHN foi encerrado em 21 de dezembro de 1986, suas funções foram desmembradas por diversos órgãos, porém seu maior herdeiro foi a Caixa Econômica Federal. Com a Constituição de 1988, a moradia passou a ter status de "direito social".

entregue ao Congresso Nacional, em 1991, e a aprovação só se deu após mais de uma década (BONDUKI, 2010).

Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) houve a tentativa de retomar medidas com maior foco no beneficiário final, com os recursos remetidos para aquisição de casas usadas e compra de material de construção, o que gerou dois problemas: o não aquecimento da economia e o aumento de construções informais. No governo Lula foi criado, em 2003, o Ministério das Cidades com quatro eixos estratégicos para enfrentamento do problema habitacional: financiamento e subsídio; política urbana, fundiária e ambiental; arranjos institucionais e cadeia produtiva de construção civil. Para Maricato, a criação do Ministério das Cidades ocupou um vazio institucional que retirava o Governo Federal da discussão sobre a política urbana e o destino das cidades (MARICATO, 2009).

A partir da criação do Ministério das Cidades, vieram as leis que amparam o desenvolvimento urbano, como a Lei Federal n.º 11.124/2005 que regulamentou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). A finalidade do FNHIS é “unir recursos de diferentes fontes destinados a subsidiar a população de mais baixa renda, aplicando-os de forma descentralizada por intermédio dos estados, municípios e Distrito Federal” (art. 8º da Lei Federal n.º 11.124/2005).

Em 2009, foi criado o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), um programa habitacional do Governo Federal com um investimento inicial de R\$ 34 bilhões, com objetivo de diminuir o déficit habitacional brasileiro que, à época, chegava a 10% dos domicílios nacionais (KOPPER, 2016). O PMCMV surgiu com objetivo de atender as famílias por faixas de renda, sendo a Faixa 1, destinada às famílias com menor renda, à época até R\$ 1.800,00; Faixa 2 era destinada às famílias com renda mensal bruta de entre R\$ 2.351,00 e 3.600,00; a Faixa 3 era destinada às famílias com renda mensal bruta acima de R\$ 3.600,00 até R\$ 6.500 (BRASIL, 2011).

Para Rolnik e Nakano, o plano era voltado para fomentação da economia por meio de incentivos a indústria da construção civil e criticado porque confundia política habitacional com política de geração de empregos na indústria da construção (ROLNIK; NAKANO, 2009). Bonduki corrobora a afirmação de Rolnik, segundo ele, a proposta fazia parte de um conjunto de iniciativas, tendo em vista a construção de projetos de desenvolvimento que associam o enfrentamento da questão social a crescimento econômico e geração de empregos com diretrizes bem claras (BONDUKI, 2009). As diretrizes a serem adotadas pelas construtoras definiam a quantidade de unidades e a tipologia mínima dos apartamentos “dois quartos, sala,

cozinha, banheiro e área de serviço, com uma área útil mínima de 37 metros quadrados [...] a cartilha do programa apresenta uma tipologia de planta a ser adotada como padrão[...]" (KOPPER, 2016, p.194).

Com a criação do programa houve problemas de especulação, aumento de preços, que prejudicou a inserção dos beneficiários da Faixa 1. Ao elevar a demanda por terras aptas para a produção habitacional para o mercado, o programa gerou valorização do preço de terras e glebas e especulação imobiliária, o que prejudicou, sobretudo, "os empreendimentos na faixa social cujos tetos eram insuficientes para pagar os valores abusivos gerados pelo processo especulativo" (BONDUKI, 2010, p.120).

Mas, o impacto que o programa teve no decorrer dos anos é notável, em 2012 houve um impacto de 0,8% no Produto Interno Bruto do País, gerando 1,4 milhão de postos de trabalhos formais, viabilizados pela superação da marca de dois milhões de unidades contratadas (BRASIL, 2011). Para Bonduki, a criação do programa Minha Casa Minha Vida, apesar das distorções e lacunas, deu um passo no sentido de "construir políticas públicas para garantir o direito à habitação, que é o que se persegue desde o Programa Moradia" (BONDUKI, 2009, p.14).

Após a mudança de governo, em 2018, as verbas destinadas para o programa foi diminuindo até que, em janeiro de 2021, sem novas contratações e recursos financeiros aportados, estava praticamente encerrado pelo governo Bolsonaro. O impacto que o fim do programa teve para as famílias de Faixa 1 foi enorme se for considerado que a maior parte da população brasileira ganha até 3 salários mínimos e sem um programa que os atenda é quase impossível comprar a tão sonhada casa própria.

No mesmo ano que foi encerrado o programa MCMV foi criado o Programa Casa Verde e Amarela, porém extinguindo a Faixa 1 e atendendo a famílias da classe média deixando, portanto, o público mais carente de moradia sem acesso ao programa (GUERREIRO; ROLNIK, 2020). Em 2023, o governo federal retoma o PMCMV e enfatiza a prioridade ao atendimento da Faixa 1, voltada a pessoas de baixa renda. A intenção do Governo Federal é contratar 2 milhões de obras até 2026 (BRASIL, 2023).

Este breve percurso histórico mostra que a preocupação com habitação expressa pelo arquiteto Gladson da Rocha Pimentel continua atual. O sonho de ver o problema habitacional resolvido foi manifestado por ele em vários momentos, inclusive com recomendações para a formulação de uma política habitacional "capaz de criar raízes e dar início, de fato, à solução desse vergonhoso problema social" (PIMENTEL, 1997, p. 143). As experiências desenvolvidas na primeira metade do século XX no Brasil foram refletidas na construção de

Brasília, seja na construção do Plano Piloto ou no entorno dele. Nesse contexto, foi marcante a presença do arquiteto Gladson da Rocha com propostas de habitações populares, como veremos adiante.

3 GLADSON DA ROCHA: O CENTENÁRIO DE UM MILITANTE DA ARQUITETURA

O arquiteto Gladson da Rocha Pimentel nasceu em 5 de maio de 1923, na cidade de Vitória, no Espírito Santo. Anos mais tarde morou no Rio de Janeiro e trabalhou em galerias de arte e livraria, convivendo com vários artistas e intelectuais, entre eles Oscar Niemeyer. Em 1947, morou em Nova York e na Califórnia, se tornando amigo de Vinicius de Moraes, na época Cônsul do Brasil em Los Angeles. Em 1950, mudou-se para a Cidade do México, onde conheceu sua esposa Luz Maria Montiel e teve quatro filhos. A Figura 1 mostra o arquiteto em frente ao Lago Paranoá e ao lado parte do acervo Fundo Gladson da Rocha Pimentel no Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

Figura 1 – Gladson da Rocha Pimentel (à esquerda) e parte do acervo do ArPDF (à direita).



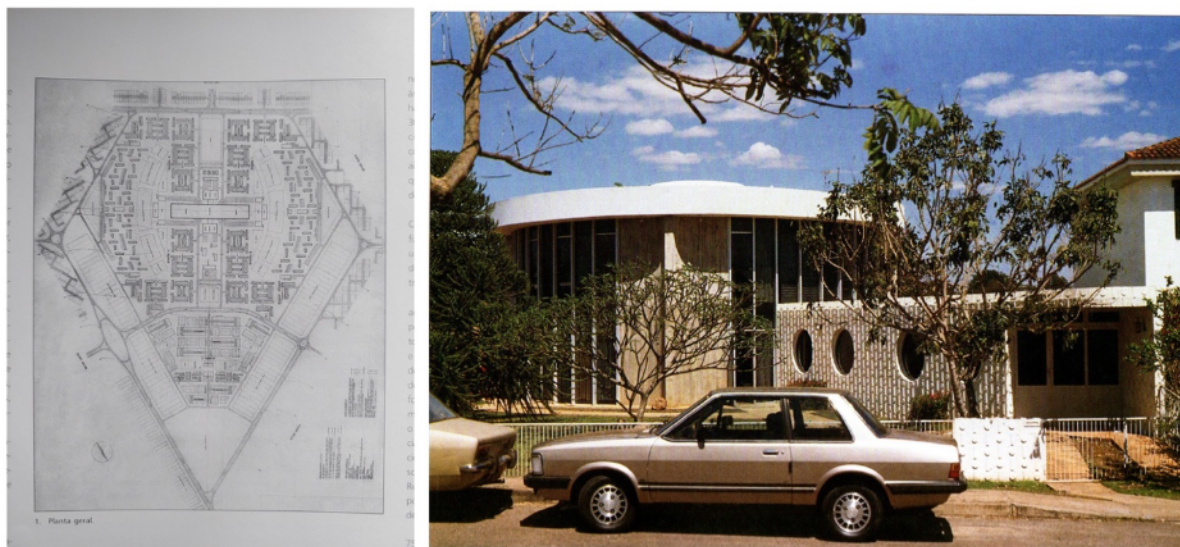
Fonte: ArPDF (2021).

No México iniciou o estudo em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Nacional Autônoma do México, com auxílio de uma bolsa de estudos, porém concluiu a graduação na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 1952, quando retornou ao Brasil, criou a Revista Brasil Arquitetura Contemporânea (BAC). Em 1957, recebeu convite de Oscar Niemeyer para integrar a equipe do Departamento de Urbanismo e Arquitetura para a nova capital. Em 1958, com apoio do Itamaraty, proferiu uma série de conferências sobre Brasília em vários países da América do Sul e América Central (ArPDF, 2021).

Gladson da Rocha já estava estabelecido oficialmente em Brasília, onde permaneceu até o golpe de 1964, quando se mudou para Londres com a família. Na Inglaterra trabalhou no *Ministry of Housing and Local Government*, com indicação do Lorde William Holford,

participando de vários projetos de urbanismo para a construção de novas cidades do Reino Unido. Neste período, ele fez amizade com Pablo Neruda e ministrou palestras sobre Brasília na Escócia e País de Gales (PIMENTEL, 1997). A Figura 2 mostra a atuação na escala urbana e residencial, respectivamente, o plano para o Setor Central do Gama e a casa do arquiteto.

Figura 2 – Setor Central do Gama e Casa do arquiteto.



Fonte: PIMENTEL (1987).

Após esse período, ele retornou a Brasília onde realizou vários projetos, os mais conhecidos são: a Pirâmide da CEB (1974), participou do projeto urbanístico para o Setor Central do Gama (1965), Casa do arquiteto (1973-1986), entre muitos outros, como pode ser verificado no acervo do Fundo Gladson da Rocha Pimentel, no Arquivo Público do Distrito Federal. Antes de falecer, em agosto de 2007, o arquiteto foi condecorado com a Medalha de Cidadão Honorário de Brasília e a Medalha do Mérito Profissional pelo CREA.

Outra faceta importante do arquiteto foi sua contribuição para a difusão da arquitetura, com a produção de fonte bibliográfica e historiográfica sobre arquitetura moderna brasileira. A criação da revista carioca *Brasil: Arquitetura Contemporânea* (BAC), publicada entre os anos de 1953 e 1958 é a materialização disso. Gladson da Rocha Pimentel foi o fundador da *Brasil: Arquitetura Contemporânea* e permaneceu como diretor geral da revista até 1956. De acordo com Graciano e Cappello, a revista *Brasil: Arquitetura Contemporânea* teve papel importante na divulgação da arquitetura moderna brasileira e para isso contou com colaboradores ilustres. Arquitetos, críticos de arte e arquitetura, brasileiros e estrangeiros, renomados no Brasil e no mundo (GRACIANO; CAPPELLO, 2011).

Entre os colaboradores estavam Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Rino Levi, os irmãos Roberto e Henrique Mindlin. Vale ressaltar que entre os artistas

importantes que contribuíram com a revista estavam Cândido Portinari e Athos Bulcão. Além da contribuição de críticos e disseminadores internacionais do Movimento Moderno como Walter Gropius e Sigfried Giedion. Portanto, a atuação de Gladson da Rocha vai além do arquiteto e alcança o campo do registro historiográfico da arquitetura na difusão da arquitetura moderna. Para Graciano e Cappello,

A BAC documentou a arquitetura moderna brasileira existente durante a década de 1950 e a difundiu por todo o país, relatando, tomando partido e discutindo os assuntos pertinentes à arquitetura e às artes durante aquela década [...] a documentação e catalogação do acervo desta publicação são meios de se preservar esta fonte, é também, uma forma de se construir uma história da arquitetura, resgatando o que foi publicado sobre a arquitetura moderna brasileira (GRACIANO; CAPPELLO, 2011, s/p.)³.

Mas, sua paixão e dedicação à arquitetura foi além e abarca o ensino e a formação de novos arquitetos. Gladson da Rocha foi fundador do primeiro curso de arquitetura e urbanismo em escola particular no Distrito Federal. Em 1999, foi autorizada a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Planalto Central - FAUPLAC, por meio da portaria n.º 1.242 de 05/08/1999, no Diário Oficial da União. O curso de bacharelado, com duração de cinco anos, teve seu reconhecimento no ano de 2006, com a primeira turma formada.

O arquiteto Gladson da Rocha Pimentel foi coordenador do FAUPLAC até 2007, participando da construção da grade curricular inicial e da formação do corpo docente. Na Instituição, hoje Centro Universitário do Planalto Central Professor Aparecido dos Santos - UNICEPLAC, o curso permanece na sua missão de formar arquitetos urbanistas. São mais de vinte anos levando o sonho do arquiteto Gladson da Rocha Pimentel adiante. A atuação qualificada do arquiteto o coloca entre os grandes defensores, disseminadores e formadores da arquitetura brasileira. O ano de 2023 marca o Centenário de nascimento deste arquiteto e urbanista militante da arquitetura!

4 RESULTADOS: OS PROJETOS DE HABITAÇÃO POPULAR

As propostas de habitação popular feitas pelo arquiteto Gladson da Rocha mostram a vertente modernistas da sua formação, seja na racionalização dos processos construtivos ou nas propostas habitacionais com áreas mínimas. Ele defendia que os arquitetos, engenheiro e técnicos estavam preparados para projetar e estudar sistemas construtivos eficientes para solucionar o problema (PIMENTEL, 1997). Os projetos a seguir ilustram um pouco da concepção e contribuição do arquiteto para o tema.

³ Trabalho apresentado no 9º seminário docomomo Brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente de Brasília.junho de 2011. www.docomomobsb.org.

Em 1968, Gladson da Rocha apresentou a proposta de “casa mínima”, projeto parcialmente executado em Sobradinho, Distrito Federal (Figura 3). Este foi um protótipo da solução de uma habitação com sala, três quartos, cozinha, banheiro e área de serviço, em apenas 36m². De acordo com ele, esta era a “área mínima suficiente para o conforto de seis pessoas [...] construída em dez dias por uma equipe de 8 operários” (PIMENTEL, 1997, p. 35). Para o arquiteto,

Com a técnica mais tradicional de construção [...] essa casa mínima seria a proposta de um “habitat” dirigida para aqueles que não têm condições nem para alugar um barraco de fundo de lote, mas que precisam também ser atendidos cronologicamente como todos os outros que nasceram com melhor sorte (PIMENTEL, 1997, p.35).

Figura 3 – Casa Mínima.



Fonte: PIMENTEL (1997).

O conceito de “casa mínima” tem em sua gênese a proposta modernista de “*existenzminimum*” que permeou o pensamento modernista europeu do entre guerras. O tema da racionalização do espaço esteve presente em vários Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna - CIAMs. O CIAM de Frankfurt, em 1929, sob o título *Die Wohnung für das Existenzminimum*, evidenciou como a racionalização dos espaços estava diretamente ligada às suas dimensões, representado pela proposta de Ernst May (FRAMPTON, 1997, p.166). Este foi um conceito muito utilizado também nos IAPS. De acordo com Bonduki,

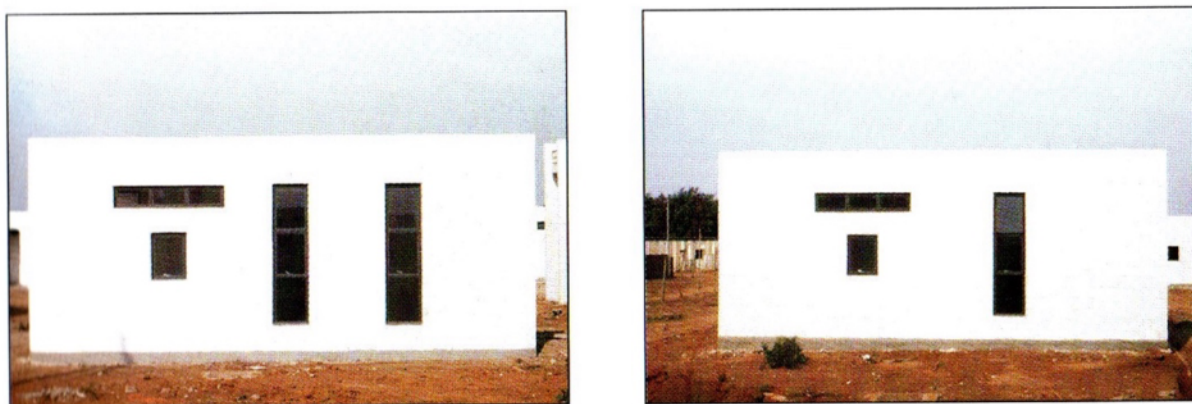
A influência das Siedlungen e da arquitetura alemã do período entre guerras é nítida na produção habitacional do IAPS, tanto do ponto de vista programático como projetual. Mies van der Rohe, Walter Gropius, Ernest May e Bruno Taut são os mais citados. Particularmente os conjuntos residenciais do IAPI, que buscavam economia e racionalização, atestam esta influência. Ideias como padronização, industrialização da construção, habitação mínima e funcionalidade aparecem com frequência nos textos debates (BONDUKI, 2010, p. 182).

Em 1978, Gladson da Rocha propôs seis projetos de habitação popular para a Cooperativa Habitacional Sargento Wolf, com 112 casas em Brazlândia e 239 no Gama. Esta

proposta demonstra a racionalidade modernista do arquiteto no processo construtivo e na produção estandardizada. Tanto a estética modernista, com linhas retas e racionais nas fachadas, quanto a solução construtiva estavam condizentes com os ideais modernistas que defendia a construção otimizada, racionalizada e rápida. As Figuras 4 e 5 mostram um pouco deste projeto. Assim ele descreve o sistema construtivo,

Todas as unidades com blocos pré-fabricados de cimento e areia – verobloco – assentados com apenas quatro ponto de cola e juntas calafetadas e apenas pintadas com tinta impermeabilizante. Um só pedreiro, bem prático com esse sistema construtivo, pode levantar toda a alvenaria de uma de até 68m² em um dia e meio, com a ajuda de um servente (PIMENTEL, 1997, p. 100)

Figura 4 – Cooperativa Habitacional Sargento Wolf – Fachadas tipo.



Fonte: PIMENTEL (1997).

Figura 5 – Cooperativa Habitacional Sargento Wolf – vista geral das casas construídas no Gama.

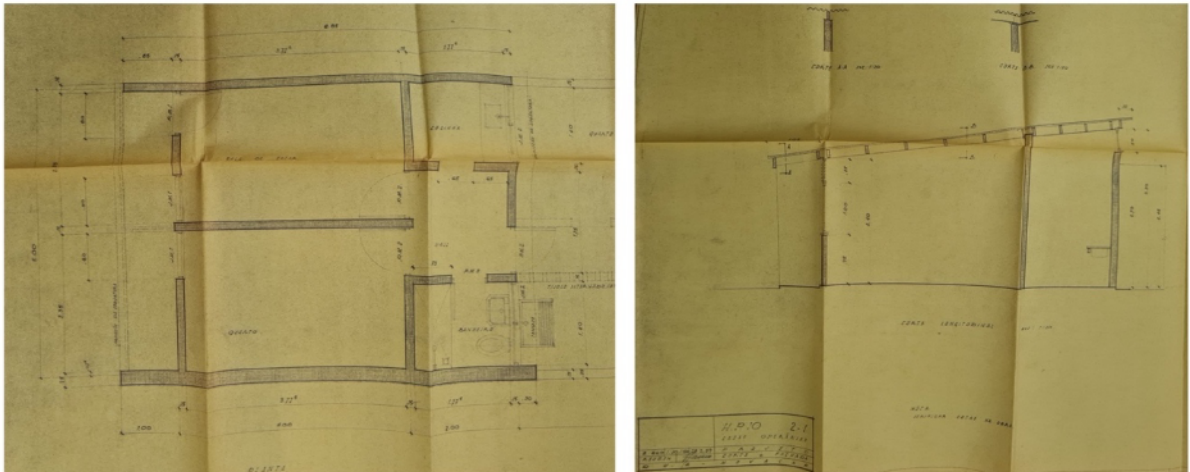


Fonte: PIMENTEL (1997).

A pesquisa, no entanto, identificou outros projetos elaborados para habitação popular para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP): i) Projeto para Habitação Operária, 1959; ii) Projeto Casa Progressiva, 1979; dois Projetos de Habitação Popular, em

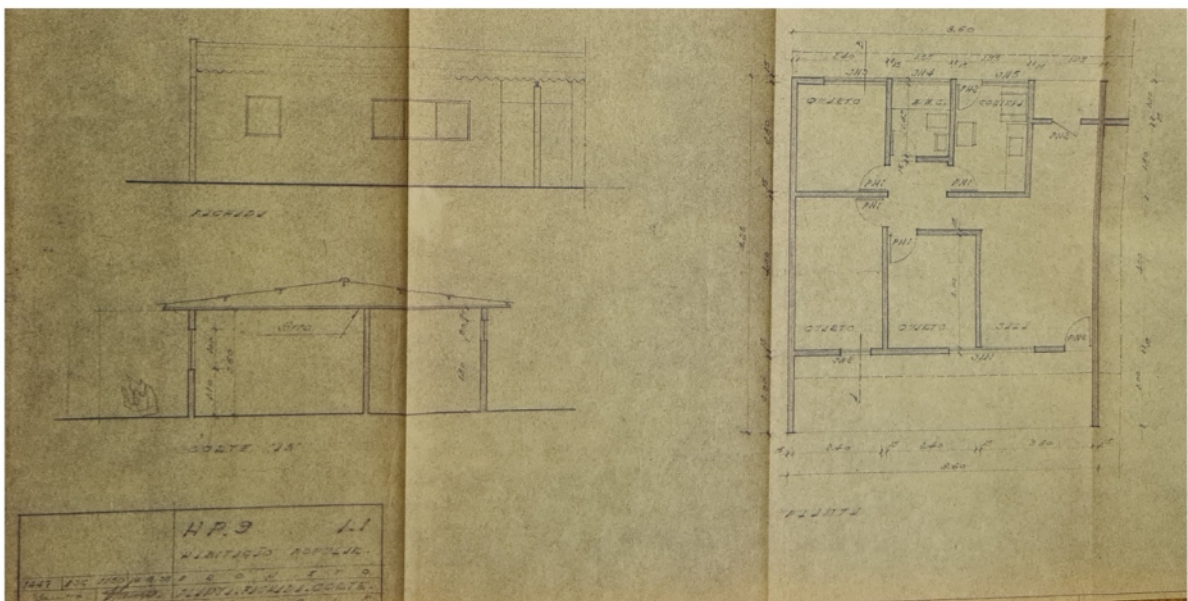
1957 e 1960. Esses projetos têm em comum a concepção racional do espaço, como a área mínima da Casa Operária (Figura 4) e proposta de produção em série, como na proposta para Habitação Popular (Figura 5). Outro aspecto que vale destacar é que alguns projetos apresentam mais de uma planta tipo, portanto, configurando diferentes propostas. Um deles chamou muita atenção pelo conceito: a Casa Progressiva. As Figuras 6, 7, e 8 mostram um pouco desses projetos.

Figura 6 – Casa Operária - 1959.



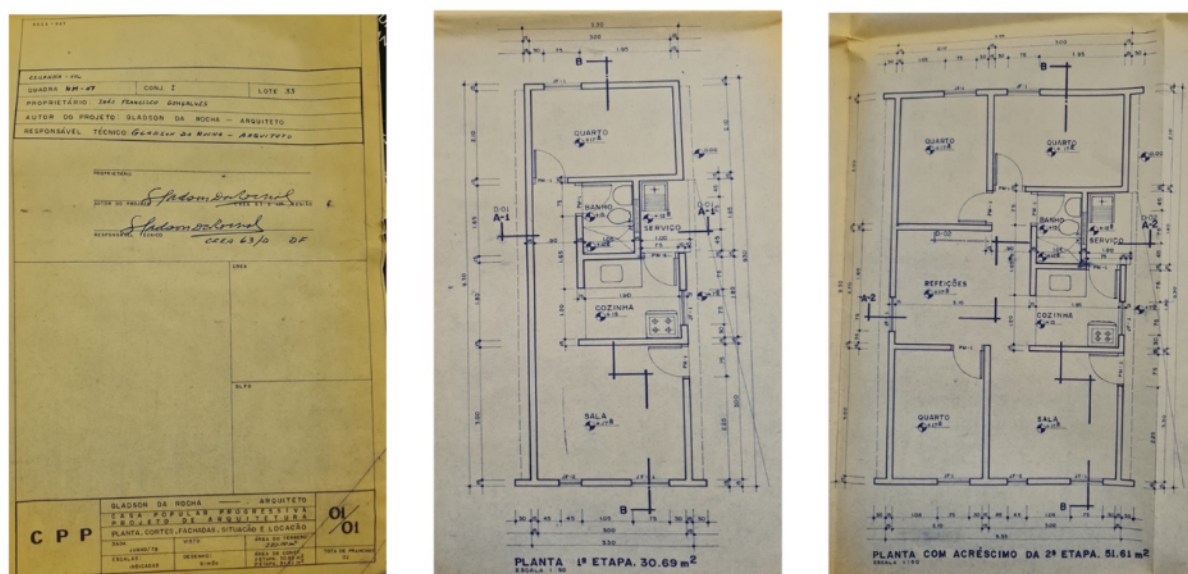
Fonte: ArPDF (2021).

Figura 7 – Habitação Popular – 1957-1960.



Fonte: ArPDF (2021).

Figura 8 – Projeto Casa Progressiva - 1979.



Fonte: ArPDF (2021).

A Casa Progressiva, como o próprio nome explicita, foi proposta com a alternativa de ampliação, inicialmente com 30,69m² poderia chegar a 51,61m² (Figura 5). Este é um conceito que permeia as discussões contemporâneas no contexto da habitação social. Para ilustrar, um dos aspectos do premiado projeto do conjunto habitacional *Quinta Monroy*, de Alejandro Aravena, ganhador do prêmio Pritzker em 2016, tem como ponto forte a previsão de ampliação (ARAVENA; IACOBELLI, 2016). Ou seja, as pesquisas revelaram que algumas soluções contemporâneas, como a possibilidade de ampliação já havia sido proposto por Gladson da Rocha no projeto da Casa Progressiva (1979) e na proposta para a Casa Operária (1959).

A pesquisa revelou que o tema da habitação popular foi bem mais presente na obra do arquiteto Gladson da Rocha do que é de conhecimento público, mostrando que sua atuação profissional foi muito abrangente e confirmando sua contribuição para o tema. Tanto os anteprojetos como os projetos executivos pesquisados mostram soluções com possibilidades de ampliações, evidenciando que na década de 1950 e 1970, já se pensava nesse tipo de solução, ou seja, discussões contemporâneas que o arquiteto Gladson da Rocha Pimentel já vislumbrava.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além dos projetos que deram origem à pesquisa: casa mínima (1968) e as casas para a Cooperativa Habitacional Sargento Wolf (1978), foram identificados outros projetos com a mesma temática: i) Projeto para Habitação Operária (1959); ii) Projeto Casa Progressiva (1979); Projetos de Habitação Popular (1957 e 1960). Os projetos das casas de interesse social estudados mostram que a influência modernista era presente na obra do arquiteto, como na Casa Mínima, assim como soluções mais contemporâneas como os projetos que previam expansão, mas que já haviam sido propostas pelo arquiteto entre 1959 e 1979. Resgatar a história destes projetos e as soluções adotadas pelo arquiteto Gladson da Rocha Pimentel é uma das contribuições deste projeto de Iniciação Científica.

Entender algumas de suas soluções para a moradia popular é importante para o estudo da habitação social no Brasil. Divulgar experiências como estas no Distrito Federal podem contribuir para a reflexão no âmbito da produção e do ensino de arquitetura. A pesquisa em fontes primárias e as descobertas inéditas foram o ponto alto do desenvolvimento do projeto de iniciação científica. Ademais, a contribuição do arquiteto, primeiro Diretor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Aparecido dos Santos, deve ser um estímulo aos estudantes, além de promover a reflexão sobre a produção da habitação para as famílias de baixa renda, campo de atuação de muitos futuros arquitetos e urbanistas formados no UNICEPLAC.

Conclui-se que a contribuição do arquiteto Gladson da Rocha para a construção de Brasília não ficou restrita à sua atuação como divulgador da construção da Nova Capital, como usualmente encontrado nos jornais, mas na sua atuação profissional, em projetos que podem ser encontrados em vários locais do Distrito Federal. Portanto, a pesquisa se mostrou essencial para dar visibilidade à contribuição de Gladson da Rocha para solucionar o problema da habitação popular, no contexto da utopia da construção de Brasília, por meio da prática como arquiteto e urbanista.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao arquiteto e professor Marcelo Montiel da Rocha que auxiliou a pesquisa com documentos sobre a vida e obra de Gladson da Rocha Pimentel. Assim como aos servidores do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), nas pessoas de Greice Schumann e Morine Mughabghab, que prontamente nos atendeu e possibilitou a consulta ao acervo.

REFERÊNCIAS

ARAVENA, Alejandro; IACOBELLI, Andres. **Elemental: Incremental-Housing and Participatory Design Manual**. Ostfildern: Hatje Cantz Verlag, 2016.

ARPDF. Arquivo Público do Distrito Federal – ArqPDF. **Fundo Gladson da Rocha Pimentel**. Processo nº 151-000059/2015. 2015.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p. ISBN: 978-85-7982-055-7. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xnfq4/pdf/azevedo-9788579820557.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

BOLAFFI, Gabriel. A questão urbana: produção de habitações, construção civil e mercado de trabalho. **Novos Estudos - CEBRAP**. São Paulo: v. 2, n. 1, p.61-68, 1983. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-05/#58d42a55d6e0c>. Acesso em: 10 fev. 2022.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**, n. 82, p. 8-14, maio a jun. 2009. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2009/05/01/do-projeto-moradia-ao-programa-minha-casa-minha-vida/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria**. Estação Liberdade. São Paulo, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Minha Casa, Minha Vida superam meta e contrata mais de 1 milhão de moradias**. Portal Planalto, 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/nova-meta-do-minha-casa-minha-vida-e-atender-27-milhoes-de-brasileiros-ate-2018>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Programa habitacional do Governo Federal retoma prioridade de subsídio para faixas mais vulneráveis e amplia grupos de beneficiários**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/conhecacas-algumas-das-principais-caracteristicas-do-novo-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 17-65.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo. 1. ed. Martins Fontes, 1997.

GRACIANO, G. S.; CAPPELLO, M.B.C. A difusão da arquitetura moderna brasileira na revista Brasil: Arquitetura Contemporânea (1953 – 1958). **Anais do 9º seminário docomomo brasil: interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente de Brasília**, 2011. Disponível em: www.docomomobsb.org. Acesso em: 15 mar. 2021.

GUERREIRO, I.; ROLNIK, R. **Regularização fundiária Verde e Amarela**: endividamento e precariedade. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/regularizacao-fundiaria-verde-e-amarela-endividamento-e-precariedade/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

KOPPER, M. “Minha Casa, Minha Vida”: experts, sentidos de classe e a invenção do “mercado” da casa própria no Brasil contemporâneo. **Horizonte. antropológico**. Jan-jun 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/VYPbsVjMf68fhjD8F5XFrcf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 jun. 2021.

LUCCHESI, B. M.D. Do cortiço às vilas operárias: políticas públicas e a construção do cotidiano nos quintais paulistanos. **Anais da ANPUH**, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.sp.anpuh.org/resources/anais/8/1531745890_ARQUIVO_Docorticoasvilasoperariaspolicaspublicaseaconstrucaodocotidianonosquintaispaulistanos_BiancaLucchesi.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

MARICATO, H. O ‘Minha Casa’ é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**, 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 10 maio 2021.

PIMENTEL, Gladson da Rocha. **Minha opção por Brasília: planejamento urbano e arquitetura**. Thesaurus Editora de Brasília Ltda. Brasília. 1997.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. As Armadilhas do Pacote Habitacional. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, n. 20, p.4-5, mar. 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-armadilhas-do-pacote-habitacional/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

SANTOS, A. M. S. P.; DUARTE, S. M. Política habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema. Housing Policy in Brazil: a new approach to an old problem. In: **Revista da Faculdade de Direito da UERJ (RFD)**, n. 18, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/view/1375/1165>. Acesso em: 03 mai. 2021.